



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR: O CASO DO CENTRO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA HILDA DE CARVALHO PIRES**

SAMUEL FARIA PAIM

**Belo Horizonte
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR: O CASO DO CENTRO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA HILDA DE CARVALHO PIRES**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Renato Lopes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Belo Horizonte
2013**

SAMUEL FARIA PAIM

**GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR: O CASO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO
INFANTIL MARIA HILDA DE CARVALHO PIRES**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Renato Lopes dos Santos – Orientador

Samuel Faria Paim – Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que através do comprometimento e dedicação junto à educação tornam-se responsáveis pelo desenvolvimento de uma aprendizagem significativa e consequentemente uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e sabedoria.

A todos os meus familiares, amigos e colegas do curso de Gestão, pelo incentivo, compreensão e carinho nestes momentos de trabalho e comprometimento.

À equipe da SEMEE que me oportunizou a realização deste curso.

Aos professores Anderson Ribeiro de Oliveira Santos Silva e Maria Angélica Araújo Ribeiro pelo apoio dedicado durante o curso.

Ao professor Orientador Renato Lopes dos Santos pelo incentivo e auxílio no desenvolvimento do presente trabalho.

EPÍGRAFE

*“É que a democracia, como qualquer sonho,
não se faz com palavras desencarnadas,
mas com reflexão e prática.”*

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão a respeito da concepção atual de gestão escolar. Os temas aqui abordados são pertinentes à concretização da gestão democrática escolar, bem como os desafios enfrentados por esta nova concepção de gestão escolar. Nesse sentido, contempla também novas propostas de trabalho educacional, buscando a descentralização, a participação coletiva e efetiva de toda equipe escolar. Reflete ainda sobre o papel do gestor na busca de garantir uma educação de qualidade, bem como ações pertinentes que favoreçam a participação de toda comunidade escolar nas tomadas de decisões no que tange ao aspecto político, pedagógico e administrativo da escola. Para que a participação de toda comunidade escolar se concretize é preciso propiciar discussões, unir esforços e saberes necessários para fortalecer a prática gestora. Procurou-se evidenciar a importância da gestão democrática para a qualidade da educação, que apesar de ter conquistado grandes avanços, ainda precisa se aprofundar sobre este novo modelo de gestão que atualmente é condição fundamental para a melhoria da qualidade da educação.

Palavras chaves: Educação; Participação; Gestão Escolar; Democratização Escolar.

SUMÁRIO

Introdução	09
1. Gestão Democrática Escolar: o caso do Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires.....	11
1.1. Diferentes formas de gestão da escola.....	13
1.2. Gestão escolar democrática.....	14
2. Possibilidades de construção da democracia.....	16
3. A importância do Projeto Político Pedagógico na gestão democrática do Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires.....	19
Considerações finais.....	22
Referências.....	23
Anexo: Projeto Político Pedagógico.....	25

INTRODUÇÃO

A gestão escolar é responsável por garantir uma educação de qualidade, igualdade e oportunidades de desenvolvimento para os educandos que compõem determinada instituição escolar, fazendo com que o administrativo, o político e o pedagógico caminhem juntos rumo ao trabalho de excelência em educação.

Para que a gestão escolar se torne democrática é necessário descentralizar o poder, garantir a participação e transparência do trabalho realizado, possibilitando assim a participação coletiva de toda comunidade escolar. Como afirma Dourado (2003, p. 62), “na escola todos têm contribuições e saberes para compartilhar e que todos os processos realizados nos espaços da escola são vivências formativas e cidadãs”.

Nesse sentido, todo e qualquer indivíduo da comunidade escolar precisa se fazer presente no contexto escolar, seja pai, aluno ou funcionário todos devem dar sua contribuição para que a gestão escolar se sinta cada dia mais fortalecida e realizada.

Segundo Paro,

Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se, portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata. (2000, p. 78).

A gestão escolar democrática favorece a qualidade do ensino e da aprendizagem, pois esta é realizada e fortalecida com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Ela está associada às ações que desencadeiam a participação social na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e prioridades para investimento com atuação e fiscalização da Caixa Escolar; nas deliberações coletivas através do Colegiado Escolar; na avaliação do serviço prestado por esta instituição e da política educacional.

Esses processos devem garantir e mobilizar a presença dos diferentes atores envolvidos, que participam no nível dos sistemas de ensino e no nível da escola (MEDEIROS, 2003).

Segundo Cortela,

A democracia não é um fim em si mesma; é uma poderosa e indispensável ferramenta para a construção contínua da cidadania, da justiça social e da liberdade compartilhada. Ela é a garantia do princípio da igualdade irrestrita entre todas e todos. (2005, p. 146).

O interesse por desenvolver este tema surgiu através de leituras sobre Gestão Escolar Democrática, bem como a partir da vivência e prática como educador do ensino fundamental da rede pública.

Tendo como base referenciais teóricos consistentes, procurou-se através deste trabalho estabelecer uma relação dialógica, provocando reflexões e ações no ambiente escolar na busca de inovações, de novos conhecimentos e saberes que contribuam efetivamente para a melhoria da educação e principalmente que fortaleça a atuação do gestor escolar.

Objetivou-se nesta pesquisa evidenciar a importância da gestão escolar democrática no Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires para a construção de uma educação de qualidade. Além disso, buscou-se salientar a importância da participação de toda comunidade escolar na concretização de uma gestão democrática, iniciando na construção do Projeto Político Pedagógico da referida Escola.

As considerações finais apresentam as contribuições deste trabalho para a comunidade escolar a qual precisa ser sempre ativa.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR: O CASO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA HILDA DE CARVALHO PIRES

A gestão escolar foi reconhecida legalmente a partir da Constituição Federal de 1988, que através de seu Art. 206, o qual dispõe a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” e também através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº.9394/96, que no seu Art. 14 destaca o preceito da gestão democrática como um dos seus princípios, pressupondo a gestão democrática como um trabalho coletivo.

A gestão escolar ultrapassa as possibilidades de mobilização do indivíduo em busca da realização eficaz das atividades, pois pressupõe intencionalidade, tomada de direções e decisões, definição de um rumo, diante dos objetivos sociais e políticos de uma escola. A escola, ao executar sua função social influencia na formação da personalidade humana e não é possível estruturá-la para o cumprimento da sua função social, sem levar em consideração objetivos políticos, técnicos e pedagógicos.

Segundo Libâneo (2004) a intencionalidade projeta-se nos objetivos que dão o rumo a direção da ação. Na escola, isso leva à busca deliberada, consciente, planejada de integração e unidade de objetivos e ação, em torno de normas e atitudes comuns.

O gestor sendo o responsável pela organização geral da instituição escolar, assume posturas profissionais decorrentes do seu compromisso profissional, envolvendo aspectos referentes ao contexto da prática diária escolar, sua formação pessoal e profissional, a influência das políticas públicas, dos arredores onde a escola está inserida, da equipe escolar nas dimensões: pedagógica, técnica e política.

A gestão escolar é responsável por garantir uma educação de qualidade, indo além das formas racionais, técnicas e mecânicas que compunha uma gestão anos atrás. Atualmente a gestão escolar passou a ser vista na educação como grande possibilidade de superação, aderindo assim a adoção de diferentes medidas de caráter político, administrativo e pedagógico fazendo acontecer a descentralização e a autonomia nas escolas.

Há diversas maneiras de se administrar uma escola podendo esta ser executada de forma autoritária ou participativa, o que define isto claramente são as ações dos sujeitos que estão envolvidos neste processo.

De acordo com Santos Filho,

No Brasil sempre existiram experiências isoladas de gestão colegiada de escolas, mas sem repercussão sobre o sistema de ensino. Vinculadas a iniciativas isoladas de alguns educadores, logo eram interrompidas quando estes deixavam a escola. A partir de 1970, em pleno regime militar, surgiram muitas escolas alternativas que buscavam autonomia institucional diante da burocracia e controle estatal. Algumas delas se organizaram como cooperativas, outras como comunitárias e outras ainda como cooperativas e comunitárias. Todas representavam alguma forma de alternativa e resistência da sociedade civil à burocracia do sistema de ensino oficial precário e ineficiente. (2008, p. 86).

Assim, observa-se que a luta pela educação de qualidade no Brasil teve início há muitos anos atrás e até os dias de hoje esta batalha ainda continua. São notório e louvável as conquistas realizadas na área da educação. Porém observa-se que estas conquistas estão sendo realizadas vagarosamente, galgando degrau por degrau mas ainda muito longe de chegar ao auge.

Neste contexto, percebe-se que o gestor, muitas vezes, ao sentir-se sozinho em busca da solução de tantos problemas, tendo que tomar decisões rapidamente e ao mesmo tempo se deparar com tanta acomodação dos demais profissionais da educação, acaba se deixando influenciar e perdendo o desejo da busca e conquista de mudanças. Diante desta situação o gestor se vê sem motivos para estar na gestão desistindo da mesma ou simplesmente continua na gestão por conveniência sem visão futura. Com esta realidade a escola sofre o reflexo desta desmotivação e deixa de apresentar um trabalho de qualidade.

Ao se deparar com tantos desafios e burocracia, o gestor acaba fraquejando se não tiver ao seu lado uma participação efetiva de toda comunidade escolar. Por isso torna-se necessário nos dias de hoje que a gestão escolar aconteça de maneira democrática e participativa, para que todos os envolvidos neste contexto juntos consigam romper as barreiras e fazer acontecer o diferencial dentro da instituição escolar.

1.1. Diferentes formas de gestão da escola

O papel do conhecido diretor escolar, hoje intitulado como gestor escolar, é a figura fundamental para o bom andamento de uma escola. Porém aquele gestor que realiza seu trabalho com autoritarismo, individualismo, com imposições hierárquicas e fragmentando atribuições está sendo substituído por um gestor que atua de forma diferente, ou seja, atua democraticamente.

Considerando as posições, individualistas e autoritárias, adotadas por parte de alguns gestores escolares, Dalbério nos informa que

[...] o Brasil tem uma história que criou uma cultura de comandos autoritários de mandatos legais, baseados mais no direito da força do que na força do direito. E mudar mentalidades formadas para a submissão, o respeito à ordem e a obediência às regras impostas, não é tarefa fácil. Por conseguinte, encontramos, em nosso meio, comportamentos de toda ordem, explicitando a inércia, a rivalidade, o corporativismo, o preconceito, a desconfiança, o desinteresse pela mudança e pelo novo, o conformismo, a falta de perspectivas e a incapacidade de enxergar novas possibilidades. (2008, p. 1).

Contudo, importa destacar, que a postura do “novo” gestor escolar é caracterizada por um trabalho de compartilhamento de responsabilidades dentro do ambiente escolar.

O que se torna inadmissível hoje é aquela gestão centrada na figura do gestor, tornando este unicamente determinante de ações, responsável pelo sucesso ou fracasso de toda escola nos aspectos administrativo, político ou pedagógico, assumindo responsabilidades que seria do Estado e ou Município como de gerenciar recursos públicos, zelar pela constância do número de alunos, cuidar de assuntos pontuais. Este modelo de gestão não atende aos anseios da comunidade escolar.

A parceria necessária entre escola e comunidade para obter sucesso necessita que a gestão escolar seja realmente descentralizada, que haja divisões de atribuições não ficando tudo a cargo do gestor mas de todos os envolvidos neste contexto escolar sobre a supervisão e orientação do gestor, deixando de ser uma autonomia decretada e sim compartilhada.

É preciso acompanhar as evoluções do mundo e não é diferente com a educação e principalmente com o espaço onde se forma, prepara indivíduos, o espaço escolar. Não é somente o professor ou dentro da sala de aula que a educação deve acontecer, mas em todo o ambiente escolar e para isso é preciso

iniciar as mudanças pelo gestor, sendo este o espelho para os funcionários, alunos e toda equipe escolar.

Freire (2003, p. 11) citado por Dalbério (2008, p. 1) afirmava que sendo os homens seres políticos “é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias”. Ademais, “a vocação do ser humano não é de ser dominado, massacrado, modelado ou dirigido, mas, de ‘ser mais’, fazer e refazer a sua história, intervindo no seu meio”. (DALBÉRIO, 2008, p. 1).

A administração escolar atualmente precisa estar em sintonia com a satisfação da comunidade escolar, reconstruir saberes e fazeres, tornar-se descentralizada, saber ouvir e agir, fazendo prevalecer na escola uma vivência democrática, dando a todos o direitos de ter voz e vez.

1.2. Gestão escolar democrática

As mudanças vividas na atualidade, a realidade vivida pelos brasileiros hoje, em um contexto de mundo globalizado, nos remete a um processo novo de superação, criação e inovação.

O mundo está em constantes mudanças, vivemos em uma comunidade mundial, tornando necessário repensar a educação e as formas de gestão nas instituições de ensino.

O novo gestor que a sociedade clama precisa ter um perfil que atenda às necessidade deste novo contexto e colabore na construção de uma nova realidade social, desenvolvendo ações para o desenvolvimento de responsabilidades coletivas e propiciar o desenvolvimento profissional de todos envolvidos nesta realidade.

Faz-se necessário que o exercício da participação democrática se concretize no espaço escolar. A escola precisa deixar de ser um muro que dificulta a participação da comunidade escolar, mas ao contrário, ela precisa favorecer a atuação no processo educacional em um contexto multidisciplinar.

Em se tratando de gestão escolar os processos de descentralização são atualmente um dos principais tópicos das reformas educacionais, oferecendo um atendimento voltado para reflexão, crítica, ação e renovação.

Gestão democrática, gestão compartilhada e gestão participativa são anseios dos educadores que acreditam na oferta de uma educação pública de qualidade social e democrática. As competências de comunicação e negociação são essenciais para a efetivação das atividades. Saber definir, delegar, e co-reponsabilizar precisam ser atitudes adotadas constantemente pelo gestor.

Ao falar em gestão democrática é indispensável fazer a ligação entre autonomia e participação. Na efetivação de uma gestão democrática é preciso buscar a parceria, a participação, trazendo todos os integrantes do ambiente escolar para dentro da escola para que juntos busquem soluções, elaborem o Projeto Político Pedagógico da Escola, planejem e participem de eventos, enfim participem de todo o planejamento escolar, e da concretização do mesmo para juntos possam traçar novas metas e objetivos em prol da satisfação de toda comunidade escolar.

2. POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Até pouco tempo atrás, era delegado ao gestor escolar somente a responsabilidade de planejamento administrativo e pedagógico, soluções para os trabalhos burocráticos, organização e controle dos recursos humanos. Atualmente, o gestor que deseja ter uma gestão reconhecida e, acima de tudo, trabalhar através de uma gestão democrática, precisa estar ciente que frente à escola é preciso dominar além do administrativo e pedagógico diversas outras atividades necessárias para o bom funcionamento da instituição escolar.

Para solução dos problemas o gestor deve buscar apoio, parceria de membros da escola e a participação de pais, facilitando assim seu trabalho, tornando-o transparente e participativo. Nesta busca de participação de membros da comunidade escolar é que se constrói uma gestão democrática. Administrar por si só não é o bastante diante das transformações e necessidades da sociedade atual. Pois, “a gestão não deprecia a administração, mas supera as suas limitações de enfoque dicotomizado, simplificado e reduzido, para atender as exigências de uma realidade cada vez mais complexa e dinâmica.” (LUCK, 2000, p. 99 apud SOUSA; OLIVEIRA, s.d, p. 4).

Para Libâneo (2004), a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma. É papel do gestor propiciar meios para que haja a interação da comunidade e escola, tornando-se parceiras em busca de um só objetivo: uma educação de qualidade e uma escola igualitária e democrática.

O gestor precisa estar sempre em busca de inovações e aberto a novas propostas, para o ambiente escolar para que este se torne um lugar prazeroso e de atendimento invejável aos demais ambientes escolares da redondeza. O gestor juntamente com sua equipe precisa fazer com que sua escola seja referência em educação.

A Escola democrática precisa criar mecanismos para que seus objetivos sejam alcançados e notados por toda comunidade escolar sendo objetivos primordiais formar cidadãos participantes, atuantes, com capacidade de julgar e fazer escolhas conscientes.

As ações da gestão em busca destes objetivos devem ser fundamentadas nos princípios da descentralização, participação e transparência. Todas as ações e decisões devem ser claras e para o conhecimento de todos e estarem pautadas no Projeto Político Pedagógico sendo este um instrumento essencial para o bom

andamento da escola, o qual deve ser elaborado anualmente com a participação de toda comunidade escolar.

Na busca da efetivação de uma gestão escolar democrática, o diretor não deve ser autoritário, cabe a este o perfil de ser democrático e portanto desenvolver condições de favorecer o processo democrático no cotidiano da escola. Cabe ao gestor intervir, coordenar, estabelecer normas e limites, porém sabendo ponderar-se do poder, pois ele não domina a vontade dos colegas de trabalho, mas tem um grande poder de influência que deve ser usado em prol do bem comum da instituição, esquecendo as particularidades, dirigindo a todos com igualdade e respeito. Ele não é o dono da verdade não está delegado a ele a palavra final sem antes ouvir os anseios de quem está no dia a dia na instituição escolar fazendo com que a educação aconteça.

Todo e qualquer membro da equipe que trabalha em uma escola deve ser respeitado e valorizado para que o atendimento neste ambiente seja harmonioso e eficaz. No cotidiano escolar o diretor precisa saber intervir, dirigir a escola, estabelecer normas e regras sem ser autoritário ou arrogante, lembrando-se sempre que sozinho ele não faz a educação desta instituição acontecer.

Segundo Dalbério,

[...] a democracia na escola só será real e efetiva se puder contar com a participação da comunidade, no sentido de fazer parte, inserir-se, participar discutindo, refletindo e interferindo como sujeito, nesse espaço. É preciso fazer com que a gestão democrática se realize concretamente na prática do cotidiano escolar [...]. (2008, p. 3).

Dessa forma, entende-se que para a concretização de uma gestão democrática é necessário a participação ativa de todos, cabendo, principalmente, ao gestor e ao quadro administrativo da escola fazer valer sua presença naquele local, reivindicando, planejando, decidindo, agindo, cobrando e realizando ações concretas voltadas para o bem da comunidade escolar, pois não se constrói uma escola democrática sem a efetiva participação de todos os seus membros. Nesse sentido, Freire (2003), nos ensina que não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Destarte, compreende-se que a ampliação e a qualificação da participação da comunidade escolar é ferramenta fundamental para praticar e consolidar a democracia participativa. Sendo a escola um espaço de aprendizagem cabe a ela a

construção de novos conhecimentos que dêem conta do novo contexto social, criando assim estratégias para fazer acontecer a democracia neste espaço.

A inibição da participação, o estímulo a ouvir e simplesmente obedecer faz parte de um contexto de gestão escolar do passado que não era nada democrático. Com estas atitudes pratica-se no ambiente escolar a negação da participação e da democracia, inibindo também o ser humano de se desenvolver como pessoa tirando dele o poder de decidir, opinar, interferir, participar ativamente das situações. Para fazer valer a democracia, cabe a escola articular-se em busca da formação do cidadão participativo, questionador, seguro em suas tomadas de decisão frente à problematização imposta naquele momento, buscando soluções individuais e coletivas.

3. A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA HILDA DE CARVALHO

O Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, está localizado à Rua São Paulo, nº 901, Bairro Bela Vista, cidade de Formiga, no estado de Minas Gerais. A referida Escola atende aproximadamente cento e trinta crianças no período integral da educação infantil na modalidade creche e pré-escola.

A gestão escolar neste Centro de Educação Infantil valoriza a parceria e participação da família, pois acredita que este comprometimento é responsável pelo pleno desenvolvimento do indivíduo.

Uma ferramenta fundamental para o bom andamento de uma escola é a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP). Buscando proporcionar este bom andamento da escola, bem como a participação da comunidade escolar e local, é que o Centro de Educação Maria Hilda de Carvalho Pires elabora anualmente o PPP, abrindo as portas da escola para que todos os membros inseridos neste CEI possam dar sua contribuição nesta elaboração e execução do mesmo.

O Projeto Político Pedagógico é um documento fundamental em uma escola e principalmente na efetivação da gestão democrática, pois sintetiza a realidade da instituição, o que se deve trabalhar, qual a missão da escola e suas atribuições em busca de um atendimento em excelência.

É fato que o processo educativo é realizado de várias formas, na família, na rua, nos grupos sociais e também na escola. A partir do conhecimento do contexto real da comunidade onde a escola está inserida e de seus anseios e necessidades, a equipe de profissionais e representantes de pais de alunos deste Centro buscam elaborar o PPP em sintonia com o Referencial Curricular Nacional, priorizando um eixo norteador, organizador que favoreça a construção de um agir pedagógico coletivo, tendo a autonomia e cooperação como aspectos básicos para a formação do cidadão.

A gestão escolar democrática não se resume somente em eleições ou escolha democrática do diretor escolar. É preciso ir além, é preciso descentralizar o poder, concretizar ações coletivas. Quanto maior a participação de funcionários ,

pais e alunos nas tomadas de decisões, mais democrática a escola se torna e consequentemente a gestão.

A escola também tem se apoiado nos agrupamentos, como a associação de pais e mestres, conselhos de classe e colegiados, almejando, cumprir a proposta pedagógica fazendo com que esta seja coerente nos procedimentos e atitudes do dia-a-dia.

Corroborando com o que foi mencionado acima, Paro assevera que

[...] se estamos interessados na participação da comunidade na escola, é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta/impede a participação dos usuários. Para isso, é importante que se considere tanto a visão da escola a respeito da comunidade quanto sua postura diante da própria participação popular. (PARO, 2000, p. 47).

Diante disso, pode-se afirmar que a participação da comunidade formiguense foi de suma importância para a elaboração do PPP do Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, cabendo diretamente à equipe gestora encontrar mecanismos que favorecessem tal envolvimento, conforme destaca o autor.

Segundo Paro (2000, p. 152), outra questão sobre a elaboração do Projeto Político Pedagógico, é “a necessidade de uma gestão escolar articulada com a transformação social, fundamentada em objetivos educacionais representados pelos interesses de amplas camadas da população e que leve em conta as especificidades do processo”.

Para Vasconcellos,

[...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição. (1995, p. 143)

Enfim, compreende-se o Projeto Político Pedagógico como o produto do planejamento coletivo que revela a ousadia desta escola em assumir a sua auto-gestão.

É um instrumento dinâmico que constrói e reconstrói toda a história da comunidade formiguense e por essa razão contribui de forma significativa para um repensar, reavaliar e reestruturar as ações pedagógicas e administrativas da escola, bem como sua relação com a comunidade e todo o contexto social. E por esse

motivo, não é um instrumento acabado, definitivo. Deve ser sempre objeto de reflexão e de ajustes e ao mesmo tempo em que representa a identidade da escola, é também inspiração permanente para ações, reflexões e mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho notou-se que o papel do gestor escolar assume, hoje, uma nova roupagem, a qual não lhe permite mais assumir a centralização da direção da escola, mas sim a descentralização, sendo esta a nova forma de organizar e gerenciar uma escola.

Nesse sentido, evidenciou-se ao longo da pesquisa que o gestor escolar deve atuar em ações articuladas e coletivas com os diferentes atores sociais que participam deste cenário. É assim que depois de muitos estudos, reflexões e diálogos que o Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, em termos de gestão escolar, livrou-se do tempo da ditadura e hoje está vivendo uma gestão que privilegia o princípio da democracia.

Para alcançar esta finalidade, o CEI Maria Hilda de Carvalho Pires, vem em meio a avanços e quedas, elogios e críticas traçando novos caminhos, tentando moldar o novo modelo de educação que se deseja construir, vislumbrando ofertar uma educação de qualidade para todos.

Observou-se também que não se realiza um trabalho de qualidade na educação se a escola não contar com o apoio da gestão escolar, a qual precisa ser cada dia mais democrática e participativa.

Finalmente, podemos afirmar que Centro de Educação Infantil constitui-se em instituição social importante na busca de mecanismos que favoreçam um trabalho em favor de uma atuação efetiva entre os integrantes tanto da escola, quanto da família e comunidade, no sentido de enfrentar juntos os desafios da sociedade.

O ambiente escolar deve ser de uma instituição que complemente o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores de princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno. (TIBA; 1996, p. 140).

Diante do exposto, vale lembrar que a criança é o centro do processo ensino-aprendizagem e é da relação equilibrada entre escola e família que ela terá a oportunidade de tornar-se cidadã íntegra, consciente de sua realidade e atuante no exercício de sua cidadania.

Para que as mudanças se processem, é preciso que a gestão democrática mostre porque veio, articulando a participação de toda comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 19 nov 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 nov 2013.

CORTELLA, M.S. **Não espere o epitáfio**: provocações filosóficas. Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.

DALBERIO, Maria Célia Borges. Gestão democrática e participação na escola pública popular. **Revista Iberoamericana de Educación**. ISSN: 1681-5653. nº 47/3, 25 de outubro de 2008. EDITA: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI). Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/2420Borges.pdf>>. Acesso em: 19 nov 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes; MORAES, Karine Nunes de; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Gestão Escolar Democrática**: definições, princípios, mecanismos de sua implementação. Disponível em: <<http://moodle3.mec.ufmg>>. Acesso em 19 nov 2013.

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (orgs). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. – 4. Ed – São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Editora olha D'água. 1997.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra 36.^a ed. 2003; 184 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 5^aed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, Heloísa; SIQUEIRA, Katia; GIRLING, Robert e KEITH, Sherry. **A escola participativa**: o gestor escolar. Petrópolis: Vozes, 2005.

LUCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2006.

MEDEIROS, I. L. **A gestão democrática na rede municipal de educação de Porto Alegre de 1989 a 2000: a tensão entre reforma e mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

PARO. Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática. 2000.

PIMENTA, Selma Garrido (1995). Questões sobre a organização do trabalho na escola. In: BORGES, Abel S. (org). et. al. **A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública**. Série Idéias, 16. Edição especial. São Paulo. FDE.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. & GAMBOA, Silvio A. Sánchez (org). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA, Dalvaneide Confessor de.; OLIVEIRA, Roberto Veras de. **Desafios da gestão democrática na escola: estudo de caso na Escola Municipal do Ensino Fundamental Senador José Sarney (Cacimba de Dentro – PB)**. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/desafios_da_gestao_democratica_na_escola_estudo_de_caso_na_escola_municipal_do_ensino_fundamental_senador_josa_sarney_cacimba_de_dentro_a_pb_1343925807.pdf>. Acesso em: 19 nov 2013.

TIBA, Içami. **Disciplina: limite na medida certa**. São Paulo: Gente, 1996.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

Anexo: Projeto Político e Pedagógico



**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
MARIA HILDA DE CARVALHO PIRES**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:
VIVÊNCIAS ESCOLARES REAIS**

**FABRÍCIA RIBEIRO GONTIJO
SAMUEL FARIA PAIM**

FORMIGA – 2013

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
MARIA HILDA DE CARVALHO PIRES**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:
VIVÊNCIAS ESCOLARES REAIS**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Marly Olívia Ribeiro da Silva do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	07
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	10
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	11
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	13
3. CURRÍCULO	15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	18
5. PROCESSOS DE DECISÃO	22
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	26
7. AVALIAÇÃO	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32
ANEXOS.....	34

INTRODUÇÃO

O Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, recebe este nome em homenagem a primeira vereadora da cidade de Formiga, uma educadora respeitada. A mesma pertence ao Sistema Municipal de Ensino, está localizada à Rua São Paulo, 921, Bairro Novo Horizonte na cidade de Formiga/MG, prédio anexo ao Centro de Atenção à Criança (CAIC) Dr. Afonso Henrique Braga, telefone (37) 3322-5511 e email ceimariahilda@hotmail.com

Esta instituição foi inaugurada em 17/06/1994, mas nesta época, a creche era apenas um de seus subprogramas. Até 1996 foi dirigida pela diretora do CAIC e a partir de 1997 passa a ter coordenadora e o serviço de supervisão pedagógica é feito pela coordenadora das creches do município.

Esta instituição teve sua autorização de funcionamento há dez anos, pela portaria 02/03 publicada em 30/05/2003 mas somente em 2006 conta com um serviço de supervisão pedagógica diretamente. A primeira Proposta Pedagógica do Centro de Educação Infantil é elaborada em 2007 e algumas alterações já foram realizadas, mas sua reelaboração, juntamente com a comunidade escolar, torna-se uma necessidade em 2013.

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao chamado Projeto Político Pedagógico (PPP). As próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele: É "projeto" porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.

É "político" por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir e "pedagógico" porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha força e indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também para funcionários, alunos e famílias. O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, nasce da necessidade de planejar as atividades desenvolvidas nesta escola e de uma reflexão coletiva da comunidade escolar sobre a realidade atual para sugerir propostas de ação e de mudanças.

É um importante meio para estabelecer princípios e diretrizes no sentido de elevar a qualidade do processo ensino e aprendizagem nesta instituição. Representa enfim, a busca pela excelência na educação.

O PPP da escola deve, de fato mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades, suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2013)

Esta instituição funciona em horário integral de 6:45 às 17:15 horas de segunda a sexta feira e atende um total de 135 crianças, sendo setenta e cinco na modalidade de pré escola e 60 crianças de zero a três anos – Educação Infantil. Estas crianças são oriundas de famílias na sua maioria de baixa renda e de vulnerabilidade social, famílias desestruturadas e na maioria da comunidade local, adjacências e também da zona rural.

O Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires possui um quadro de funcionários que atende às necessidades de seu funcionamento, contando com uma equipe composta por uma diretora, uma especialista, um secretário, três professoras, quatro ajudantes de serviços gerais e onze assistentes de educação infantil, sendo um total de vinte e um funcionários.

O trabalho dessa equipe é conduzir e criar oportunidades para que as crianças possam interagir com o mundo e com as outras pessoas, num espaço especificamente estruturado para suas ações, utilizando-se de todas as suas linguagens e formas de expressão, tendo como ação principal o brincar e a partir deste eixo, abrir caminhos para a interação criança/criança e criança/adulto.

O foco principal do CEI é o "educar" e não somente o "cuidar", ou seja, cada profissional envolvido neste processo e considera a criança como um ser em processo de desenvolvimento, um ser ativo, motivado pela necessidade de ampliar seus conhecimentos e experiências frente às estimulações do seu ambiente.

Em relação ao espaço físico, não houve reformas até o presente momento, somente pequenos reparos e por isso o prédio encontra-se em estado de má conservação e o mobiliário, bastante sucateado. Apresenta espaço restrito, mas possui um parquinho e espaço livre no fundo das salas de aula, berçário, refeitório, pequena área verde, cozinha, despensa, lavanderia, secretaria e diretoria conjugadas e duas salas improvisadas, uma para os professores e outra para a supervisora.

Sua estrutura é adaptada à educação infantil, paredes com desenhos estampados, mas a instituição enfrenta alguns problemas. Um deles, é a falta de acessibilidade a portadores de necessidades especiais. Além disso, este Centro de Educação Infantil não tem uma fachada atrativa, não tem sequer a placa de identificação da instituição, o nome da mesma na entrada.

Outro problema que a gestão enfrenta é a questão do lixo que é coletado pelo sistema de limpeza urbano da cidade, mas acontece somente três vezes na semana e a escola não tem infraestrutura para aguardar esta coleta que não ocorre diariamente.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires representa para a comunidade escolar, o espaço para discussão e busca de alternativas. Um instrumento de diagnóstico e de transformação da realidade escolar pensando sempre numa prática mais eficiente. Sua elaboração parte do conhecimento da comunidade onde a escola está inserida, de seus anseios e principalmente, de suas necessidades.

É inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como projeto político pedagógico (PPP), o que ocorre quando seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática. (AZEVEDO, 2013)

A partir do conhecimento do contexto real desta comunidade, toda equipe de profissionais e representantes dos pais buscam uma sintonia com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e prioriza um eixo norteador que favoreça a construção de um agir pedagógico e coletivo.

Busca-se em conjunto, a autonomia e a cooperação, aspectos básicos para a formação integral do cidadão. Torna-se importante destacar também que em qualquer situação e em qualquer nível de ensino, o ato de educar e de cuidar é essencial, principalmente quando se refere às crianças atendidas por esta instituição. A Educação Infantil.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação tem por finalidade desenvolver no aluno o processo de aprendizagem do individual para o social, do político para o ideológico, encorajando-o a buscar a autodisciplina para o aprendizado tendo a informação e a tecnologia como ferramentas principais na formação do seu aprendizado. A Educação Infantil, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, afetivo e social, completando a ação de cuidar e educar da família e da comunidade.

Considerando as afirmativas acima, a instituição deve considerar que a criança tem seus direitos e que através das relações sociais ela demonstra o que sabe e desenvolve-se enquanto sujeito, influenciando diretamente no processo de ensino. Segundo Kaloustian (2005), "não existe um padrão ou receita única para escola de qualidade". Para o autor, este é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente, mas é importante segundo ele, que a escola tenha o ensino voltado para o sujeito e que tenha condições de intervir para melhorar a sua qualidade segundo seus próprios critérios e prioridades.

Acreditando no pensamento de que a pessoa autônoma é aquela que tem livre escolha para o bem ou para o mal e sabe lidar com as consequências da atitude tomada, a Escola direciona o seu trabalho para que os alunos e toda a Comunidade Escolar exercitem sua cidadania e a democracia.

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola. (Oliveira, João Ferreira de; Moraes, Karine Nunes de; Dourado, Luiz Fernandes)

Para que a gestão democrática aconteça, uma das ações importantes é a busca de parcerias. Os nossos primeiros parceiros são os próprios pais, pois precisamos deles para realizar um trabalho de qualidade. Dentre outros temos também a Secretaria de Cultura e Esportes com os seus projetos e o Centro de Municipal de

Atenção à Aprendizagem – CEMAP, onde é dada uma atenção e orientação para os alunos inclusos e aqueles com dificuldades de aprendizagem.

Realizar a mobilização dos alunos a partir do desejo e do prazer, no processo de ensino e aprendizagem, implica dotar de paixão a relação pedagógica, tornando-a gratificante tanto para o aluno quanto para todos os envolvidos no processo, seja no sentido da construção do conhecimento, seja no sentido das relações afetivas que estão, necessariamente, presentes no processo de ensinar e aprender.

Visando propiciar o favorecimento dessas relações, a ação da direção da escola, busca fortalecer o trabalho de equipe, desenvolvendo uma gestão democrática, voltada basicamente para a questão pedagógica, para a melhoria da qualidade do ensino. Busca, sempre, a opinião de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, através de questionários, reuniões e entrevistas, visando conhecer melhor os alunos e medir o nível de satisfação da família e dos de seus profissionais com a escola.

E para uma escola ser de qualidade, a família tem que estar envolvida no processo para solucionar as insatisfações. De acordo com Kaloustian (2005) "o que pode definir a qualidade, de acordo com os contextos socioculturais locais é a própria comunidade escolar" e diante das constatações, a instituição visa desenvolver uma ação integrada junto à comunidade: pais, professores, diretora, alunos, funcionários e outros segmentos que a representam e estabelecer metas de qualidade que possam contribuir para que as crianças tenham um desenvolvimento integral.

Uma instituição que se organiza dentro dos critérios e parâmetros estabelecidos pelo sistema e que também responde à indagação sobre que aluno se deseja formar em tempos de avanços acelerados do conhecimento, é uma escola de qualidade. E estabelecer estratégias junto à comunidade escolar ajuda a conhecer e amenizar as dificuldades de ordem social encontrada pela escola cujo Projeto Político Pedagógico (PPP) encontra-se em estudo e reformulação.

Uma escola assim, trabalha criticamente o currículo dentro da realidade social e cultural, apóia-se em pressupostos teóricos, cognitivos e construtivistas e orientam

as concepções de formar indivíduos conscientes, participativos socialmente, críticos e transformadores. Contribui inevitavelmente na construção de um mundo mais justo, mais humano e igualitário.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional de uma escola determina as ações administrativas, assegura a gestão de recursos humanos, físicos, financeiros, materiais didáticos, equipamentos e mobiliários, acompanhados das ações pedagógicas, ou seja, às interações políticas e questões de ensino-aprendizagem. Para atingir seus objetivos, são necessárias ações integradas da realidade escolar, ao contexto social, político, econômico e cultural dos alunos e coerência com os princípios da gestão democrática e participativa.

É preciso que a escola esteja a serviço do ser humano, contra a burocracia, a fragmentação e as relações autoritárias. Ambas devem ser valorizadas por todos os segmentos da comunidade considerando a necessidade de realizar ações que vinculam teoria e prática pedagógica, assim como a realidade da comunidade e também a todos os integrantes da ação educativa, em um ambiente de ação, discussão e avaliação.

De acordo com estes princípios, o processo pedagógico deve ser o elemento integrador entre a realidade da escola e contexto social e cultural, alargando as possibilidades de ação–reflexão–ação. Mas é preciso também que esta escola esteja voltada para a tecnologia e que tenha autonomia suficiente para demarcar seus fins, assumindo um caráter liberal baseado nos interesses coletivos.

Os que defendem a informatização da educação sustentam que é preciso mudar profundamente os métodos de ensino para reservar ao cérebro humano o que lhe é peculiar, a capacidade de pensar, em vez de desenvolver memória. Para ele, a função da escola será cada vez mais, a de ensinar a pensar criticamente. Para isso é preciso dominar mais metodologias e linguagens, inclusive a linguagem eletrônica (GADOTTI, 2010).

O Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, acredita na sociedade globalizada e considera também, que Formiga/Minas Gerais se encontra na era das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) com interesses diversificados nas áreas econômicas, culturais e políticas e por isso procura oferecer uma educação na sua totalidade, cujo objetivo é a formação integral do ser humano, fazer do educando uma pessoa capaz de reconhecer-se como sujeito e estabelecer relações de boa convivência.

Mas esta instituição formiguense ainda encontra dificuldades em oferecer aos alunos o contato com as novas tecnologias pois não possui laboratório de informática e conta com apenas um computador na secretaria sem acesso à internet. Kaloustian (2005) acredita que "com um bom conjunto de indicadores, pode-se identificar o que vai bem e o que vai mal na escola de forma que todos tomem conhecimento, possam discutir e decidir as prioridades de ação para sua melhoria".

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa

De acordo com Heloisa Luck (2006) a "concepção comum do termo administração é a de um processo racional, linear e fragmentado de organização estabelecida de cima para baixo e de fora para dentro das instituições". A autora acredita também que o emprego de pessoas e de recursos é concebido de forma "mecânica e utilitarista", que visa somente aos cumprimento dos objetivos. Nesse ponto de vista, o ato de administrar corresponde então a comandar e controlar.

[...] A gestão não se propõe a depreciar ou invalidar a importância da administração, mas sim, a superar as limitações de enfoque fragmentado, simplificado e reduzido. Para ser efetiva, a gestão baseia-se na administração e a propõe como uma dimensão da área da gestão que possibilita o bom funcionamento das demais dimensões, a redimensioná-la, no contexto de uma concepção de mundo e de realidade construída a partir da visão da sua complexidade e dinamicidade, pela quais as diferentes dimensões e dinâmicas são concebidas como forças na construção da realidade e sua superação, sem precisar reinventar a roda". (LUCK, 2006, pág.53)

Portanto, o conceito de gestão educacional pressupõe um entendimento diferente da realidade, abrange uma série de concepções, tendo como foco a interatividade social. Vale lembrar que, diante disso, o termo gestão que muitas vezes tem sido utilizado como se correspondesse a uma simples substituição ao termo administração, é na verdade um novo jeito de compreender a educação.

Seguindo este conceito de gestão, a organização administrativa do Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires - Formiga/MG, é constituída pela diretora, pelo serviço de apoio administrativo, secretaria, serviços gerais e a tesouraria do caixa escolar. São vinte e um funcionários e o cargo de diretora é ocupado de acordo com os critérios estabelecidos pelo órgão mantenedor, combinados com as disposições das leis de ensino, dentre os funcionários possui

um secretário escolar, quatro serviçais, onze assistentes de educação infantil, três professoras e uma especialista.

O PDDE é parte do conjunto de ações governamentais implementadas com o intuito de propiciar a elevação da qualidade do ensino e sua universalização, de modo que toda criança tenha acesso e possa permanecer em uma escola dotada de recursos didático-pedagógicos e humanos bem preparados, com vistas à promoção da equidade de oportunidades educacionais, como meio de redução das desigualdades sociais e de consolidação da cidadania. (FNDE, 2005)

A gestão financeira referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é realizado pelos membros do caixa escolar e colegiado tendo como presidente a diretora da instituição que são responsáveis pelo recebimento, execução e fiscalização da verba repassada pelo Governo Federal. O órgão mantenedor desta instituição é a Prefeitura Municipal de Formiga, através da Secretaria Municipal de Educação.

O Centro de Educação Maria Hilda de Carvalho Pires é uma instituição municipal localizada na zona urbana num prédio composto por cinco salas de aula, um berçário, uma secretaria, um refeitório e cozinha, pátio com área verde, parquinho, dois banheiros sociais e quatro banheiros em sala de aula, lavanderia, sala de vídeo juntamente com sala para leitura, possui um computador, uma televisão e um DVD.

Conta também com três aparelhos de som portátil, uma caixa de som amplificadora com microfone, colchonetes para todas as crianças, brinquedos, espaços como fundo do refeitório, fundo das salas de aula e pátio possui um cronograma de utilização destes espaços e até mesmo um passeio na área verde e quadra da escola qual é anexo, o Centro de Atenção a Criança Dr. Henrique Braga (CAIC).

2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica

O Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires pondera a cultura e os valores da comunidade onde está inserida. Considera os objetivos da Educação Nacional estabelecendo políticas educacionais e princípios que embalam da LDBEN 9394/96, pretendendo criar um espaço educativo que cresça em uma dimensão

holística, edificando e qualificando a Educação Nacional, priorizando a troca efetiva de experiências na construção do conhecimento.

Esta instituição a qual faz-se referência, organiza sua ação didático-pedagógica de acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI). São desenvolvidos projetos interdisciplinares voltados para os temas transversais, de acordo com a necessidade da instituição e de cada grupo e o conteúdo é classificado de acordo com o nível de desenvolvimento do aluno.

A instituição atende à modalidade Educação Infantil, sendo cento e trinta e cinco crianças matriculadas e distribuídas entre a etapa de zero a três anos com sessenta e cinco alunos assim distribuídos: vinte alunos no berçário (0 a 1,11 anos) com três assistentes de educação infantil, vinte e um alunos no maternal I (2 a 2,11 anos) com duas assistentes e vinte de quatro alunos (3 a 3,11 anos) no maternal II com duas assistentes; na etapa de quatro e cinco anos com setenta e cinco alunos assim distribuídos: vinte e cinco alunos no Primeiro Período (4 a 4,11 anos) com uma professora no período da manhã e uma assistente de educação infantil.

A escola conta dois Segundo Períodos (5 a 5,11 anos) cada um com uma professora e uma assistente de educação infantil, sendo um deles com vinte alunos por ser inclusivo, possuir uma aluna com necessidades especiais e o outro com vinte e cinco alunos. A idade das crianças para matrícula é calculada tendo como base a data de nascimento até trinta e um de março.

Geralmente, os projetos contemplam conteúdos como: identidade e autonomia, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade, matemática, movimento, música e artes visuais entre outros de igual relevância. No planejamento destes projetos busca-se a construção de uma escola crítica, formadora de sujeitos interativos no processo de ensino e de aprendizagem, cuja produção deve ser continuamente valorizada e estimulada, segundo suas potencialidades e habilidades.

Exemplo disso é a premiação Prêmio Verde que Te Quero Verde recebida pela escola, uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação pelo projeto pedagógico “Mãos, mentes, ambiente e coração: esta é a solução!” Neste projeto

como em todos os outros que ocorrem na instituição envolve os pais dos alunos, funcionários as crianças, enfim, toda a comunidade escolar. Segundo Heloísa Luck, podemos definir a gestão educacional como:

"Processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino com um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, compromissado com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retomo de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados)" (Luck, 2006,pág.35)

Neste sentido de autonomia da escola é que o Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires trabalha para que a Comunidade Escolar esteja envolvida no processo de ensino e aprendizagem, de tal forma que os pais tenham efetivo acompanhamento escolar de seus filhos.

3. CURRÍCULO

De acordo com a Constituição Federal, art. 206, inciso I, “um dos pressupostos das diretrizes que devem nortear os conteúdos curriculares, é o da igualdade de condições, assegurada e protegida pelo poder público”.

A palavra currículo se origina do latim *curriculum* que significa “corrida”, sugerindo um percurso a ser seguido pelos alunos. A partir do século XVI, as escolas passaram a receber um contingente maior da população, o que implicou a necessidade de melhor organização e seqüenciamento dos conteúdos. A idéia de currículo se disseminou, então, como sendo o elenco das disciplinas e de seus respectivos conteúdos, adotado pelos sistemas escolares, nos diferentes níveis de ensino. (AMARAL, 2011, p.9)

Já Moreira (2010) afirma que “é na interseção da teoria com as práticas educacionais existentes, historicamente localizadas, que se podem plantar as bases do desenvolvimento dos vários currículos críticos e progressistas ou das várias pedagogias críticas”. Nessa direção, o currículo escolar é uma ferramenta imprescindível no trabalho desenvolvido pela escola. No município de Formiga-MG as escolas municipais realizam um currículo da parte diversificada das disciplinas levando em consideração o conhecimento da região local.

Sendo este compreensível, busca a formação do caráter e da personalidade dos alunos. Sua concepção básica é uma proposta elaborada pelo Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Educação Fundamental, intitulada como Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, dividido em uma coleção de três volumes e tem como objetivo central, a melhoria da qualidade da educação do Brasil. Este documento também contempla expectativas com relação à valorização e respeito à cultura.

Moreira (2010), afirma também que “o currículo deve ser concebido como artefato cultural, como um campo de conflito em torno de definições e de conhecimentos”. Partindo desta concepção, o Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, realiza ações que vinculam o desenvolvimento curricular à realidade da comunidade a qual a escola está inserida. De acordo com (BRASIL, p.01), a educação abrange “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos

movimentos sociais, na organização da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

O plano curricular (Anexo 1), tem sua base nos eixos da Educação Infantil e pode também ser entendido como um processo de construção, uma vez que busca na experiência do aluno, elementos e subsídios necessários à ação pedagógica e os parâmetros para a formação continuada do professor. Os teóricos no campo do currículo afirmam que este requer uma estrutura escolar mais flexível e democrática.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, os conteúdos estão dispostos nos Referenciais Nacionais para Educação Infantil da seguinte forma: Introdução; Características; Formação Pessoal e Social; Identidade e Autonomia; Conhecimento de Mundo; Movimento; Música; Artes Visuais; Linguagem Oral e Escrita; Natureza e Sociedade e Matemática.

Não há como negar que a organização disciplinar pode ser mesmo benéfica em determinados estágios da vida escolar, tendo-se em vista que promove economia de tempo na aprendizagem, bem como facilita a sistematização de conceitos, ideias e princípios garantindo, por conseguinte, melhores assimilação e retenção de um material que precisa ser apreendido. (MOREIRA, 2010)

Dentre os conteúdos que contribuem para o desenvolvimento de práticas sociais no cotidiano dos alunos, o Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires se refere à construção das capacidades para operar com símbolos, idéias, imagens e representações que permitem atribuir sentido à realidade. Valoriza também aqueles que tratam dos valores, das normas e das atitudes e entre outros, o tema drogas é trabalhado na Educação Infantil integrado ao Ensino Religioso, valorizando as vivências e experiências dos alunos.

Eles são capazes de levantar hipóteses e questionamentos acerca do assunto através de palestras realizadas com parcerias, histórias, textos, cartazes, livros infantis e discussões. O planejamento da Educação Infantil nesta escola contempla, enfim, a formação pessoal e a autonomia do sujeito, visa garantir oportunidade de desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações.

Na Educação Infantil é importante também estabelecer vínculos afetivos entre adultos e crianças, fortalecer a auto-estima e ampliar as possibilidades de comunicação e integração social; estabelecer e ampliar as relações sociais, aprender articular os interesses e pontos de vista com os demais, respeitar a diversidade e desenvolver atitudes de ajuda, respeito e colaboração, assim como a ampliação das possibilidades expressivas do próprio movimento, a desenvolver o gosto pela arte e ampliar as possibilidades de comunicar e se expressar.

É importante também descobrir e conhecer progressivamente o próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolver e valorizar hábitos de cuidado com a própria saúde e bem estar. Outro tema trabalhado nesta instituição é a Educação Inclusiva. Atualmente cada vez mais os profissionais se deparam com as diferenças individuais em suas turmas.

Os objetivos da educação infantil para as crianças com necessidades especiais estão voltados para o dia a dia buscando sempre ajudá-las da melhor maneira possível a interagir com as pessoas. Assim o educador deve conhecer seus alunos para planejar de acordo com o currículo e adaptá-lo de acordo com a demanda.

Na elaboração do seu currículo, o Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires tem como norteadores de sua ação pedagógica os princípios da responsabilidade, da solidariedade e do respeito, os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, os princípios da sensibilidade, da criatividade e da diversidade artística e cultural.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Entende-se por tempo escolar o período em que o aluno vive ou passa na instituição educativa, ou seja, é o tempo que ele passa na escola desde que nela entra até que dela sai. Podendo ser entendido de várias formas e levar às diferentes interpretações, pode ser ao longo de um dia, de um ciclo ou ao longo de um curso. De acordo com CAVALIERE, (2007) o tempo, "seja ele físico ou social, não pode ser considerado em sua objetividade ou substancialidade. Ele é sempre um conjunto de relações entre diferentes dimensões que compõem um determinado contexto histórico".

Na organização do tempo no Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, destaca-se a existência de duas etapas da Educação infantil (creche e pré-escola), respectivamente, em período integral e parcial (matutino e vespertino). E essa organização, pressupõe um planejamento. Este planejamento advém de uma produção coletiva das especialistas da Secretaria Municipal de Educação e adaptado à realidade desta instituição através de reuniões e grupos de estudos com os professores.

Na Pré-escola, cabe ao professor delimitar o conteúdo a ser estudado e o espaço utilizado de acordo com a carga horária da aula e às especificidades do aluno. Na etapa creche é estabelecida uma rotina que representa a estrutura sobre a qual é organizado o tempo didático. O objetivo é diversificar as atividades desenvolvidas e utilizar os diferentes espaços que propiciem o movimento e despertem o interesse na criança pela atividade a ser desenvolvida.

A rotina envolve os cuidados, alimentação, repouso, as brincadeiras e as situações de aprendizagem orientadas. Esta rotina representa também uma estrutura didática e contém múltiplas estratégias que, organizadas, constituem o planejamento do professor. Podem ser agrupadas em atividades permanentes: aquelas que respondem às necessidades básicas de cuidados, aprendizagens e de prazer para as crianças, que devem ser realizadas com frequência regular, como a brincadeira

no espaço interno e externo, roda de história, roda de conversa, ateliê ou oficina de desenho, pintura, modelagem e música, atividades diversificadas.

Outras atividades são planejadas e orientadas partindo da necessidade de se conhecer a realidade escolar, com objetivo de promover uma aprendizagem específica e definida. São sequenciadas com intenção de oferecer desafios com graus diferentes de complexidade para que as crianças possam ir, paulatinamente, resolvendo problemas a partir de diferentes proposições.

Estas seqüências derivam de um conteúdo retirado de um dos eixos a serem trabalhados e estão, necessariamente, dentro de um contexto. Os projetos são conjuntos de atividades que trabalham com conhecimentos específicos construídos a partir de um dos eixos de trabalho que se organiza neste sentido e sua duração varia de acordo com os objetivos e as atividades a serem desenvolvidas.

A organização dos alunos em sala de aula acontece no sentido de favorecer o desenvolvimento das atividades do Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires e por isso é necessário buscar formas de agrupamento que contemplem o contato entre crianças da mesma faixa etária e que apresentem necessidades especiais. Considerando a legislação própria (portaria municipal), são organizados os grupos de criança-adulto por número/quantidade adequados.

É importante buscar essa proporção de adultos por criança que favoreça um atendimento mais individualizado. Ou seja, quanto menor a criança, menor também deve ser a proporção criança por adulto. Vale lembrar que os profissionais que atuam diretamente com as crianças menores recebem apoio em momentos de maior demanda como em situações de alimentação, banho e outros, de acordo com legislação própria proveniente da Secretaria Municipal de Educação.

A organização é feita considerando o cargo e suas respectivas atribuições, por exemplo as assistentes de educação infantil são profissionais de nível médio que trabalham oito horas diárias, no caso das turmas de Primeiro e Segundo Período (4 e 5 anos) que possuem professoras em um turno as assistentes ficam somente com as crianças no contra-turno, no entanto as crianças de zero a três anos ficam

somente sob o cuidado das assistentes o dia todo e possui em média 12 crianças por adulto, com exceção do berçário que são seis crianças por adulto.

A distribuição do tempo e do espaço escolar submete-se a um objetivo mais geral, a formação e vivência sócio-cultural própria de cada idade ou ciclo de formação do educando.

O espaço escolar, enquanto espaço físico é um símbolo disposto e habitado por docentes e discentes, que comunica e educa, além de ser apropriado para uma determinada época. O espaço escolar enquanto território condiciona e explica as relações com os espaços que estão ao seu redor; mostra as relações entre as zonas edificadas e não edificadas da escola, a sua distribuição e o seu uso, além da disposição interna das zonas edificadas. A análise do espaço escolar implica considerar três aspectos: sua morfologia ou estrutura, seus diferentes usos e funções e a sua organização ou relação existente entre os seus diferentes espaços e funções. (VINÃO, 2005).

O Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, possui cinco salas de aula e um berçário que estão organizados para o atendimento de seis turmas de tempo integral dos alunos. O espaço físico é constantemente adaptado por ser restrito no que diz respeito à área livre. Esta adaptação visa atender as atividades desenvolvidas diariamente, buscando a qualidade da ação educativa. E para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, são realizados períodos de estudos intitulados Módulo II, semanalmente, com as professoras da pré-escola e mensalmente com as assistentes de Educação Infantil.

Segundo Libâneo (2001, s.p.), “o planejamento é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações, se não pensarmos detidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes na sociedade”.

O atendimento aos alunos acontece no turno matutino e vespertino, com duas turmas de segundo período, uma turma de primeiro período, uma turma cada de berçário, maternal I e maternal II. Funciona de 6:45 às 17:15, sendo o horário de aula para as turmas de pré-escola com professora de 7:00 às 11:00. O Calendário Escolar (Anexo 2) cumprido pela instituição é elaborado por um grupo de profissionais e repassado à mesma pela Secretaria Municipal de Educação, após ser aprovado pela Inspeção de Ensino.

Este calendário é adequado às peculiaridades locais, mas respeita as normas legais. O aluno perfaz uma carga horária de quatro horas/aula na Educação Infantil totalizando oitocentas horas anuais em duzentos dias letivos e os docentes trabalham vinte e quatro horas semanais, distribuídas em quatro horas de aula, duas horas de Módulo II e duas horas de atividades extra curriculares.

A gestora e a especialista cumprem quarenta horas semanais. Todas as funções e cargos são distribuídos através de atribuições específicas ao cargo de cada um. Melhorar a qualidade da educação e assegurar a excelência, de forma que sejam alcançados os resultados de aprendizagem, é hoje um dos principais objetivos da educação.

E para assegurar o pleno cumprimento da sua função social, a escola deve pensar na inserção curricular do ambiente cultural da família e da comunidade. A parceria família/escola é uma participação que gera compromisso com o sucesso escolar do aluno, entendido como sujeito da aprendizagem, aquele que aprende junto com o outro o que o seu grupo social produz.

Assim, pode-se inferir que os processos de seleção e organização curricular não são tarefas fáceis de serem concretizadas. São tarefas que dependerão essencialmente dos objetivos propostos para a educação escolar. Portanto, é preciso estabelecer quais conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessariamente devem figurar no currículo escolar.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Processos de Decisão são os processos pelos quais são escolhidas algumas ou apenas uma entre muitas alternativas para as ações a serem realizadas. Chiavenato (2010, p.36) define decisão como “o processo de análise e escolha entre várias alternativas disponíveis do curso de ação que a pessoa deverá seguir” e de acordo com (Brasil, 1998), “fica estabelecida a democratização da gestão escolar”. Assim trabalha o Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, onde os processos de decisão são realizados dentro da gestão democrática e participativa.

A gestão desta escola busca a presença organizada da comunidade que acompanha e participa do processo educacional através do Colegiado com participação dos pais de alunos matriculados, funcionários, professores e a diretora. Há sempre uma assembléia para decidir os membros que comporão o colegiado a cada três anos, no entanto praticamente ninguém gosta muito de participar por demandar tempo para reuniões e discussões e assim leva-se a uma convocação de membros para constituir-se o colegiado. Mas sempre abrindo espaço para a participação coletiva que valoriza o diálogo consciente e efetivo em questões presentes principalmente no processo eletivo da escolha do diretor escolar.

No ano de 2009, a Secretaria Municipal de Educação de Formiga instaurou o processo de seleção para a escolha dos diretores escolares das instituições municipais de ensino da cidade. Este processo é realizado em três etapas, sendo a primeira uma prova objetiva em que o candidato deve obter um mínimo de 60% de acertos para continuar no processo; a segunda etapa é classificatória e o candidato deve apresentar a sua proposta de trabalho para uma banca examinadora e a terceira e última etapa, a eleição do gestor pela comunidade escolar, com direito ao voto somente os funcionários e responsáveis pelos alunos.

Para Likert (2010), “Os dirigentes com os melhores índices de desempenho, concentram sua atenção, primeiramente, no aspecto humano dos problemas dos seus subordinados no empenho em construir grupos de trabalho eficazes com objetivos desafiadores”. Neste sentido, trabalha a equipe do Centro de Educação

Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, que possui como Conselho Escolar o Colegiado e através de leis e regras próprias assume ações conjuntas de todos os envolvidos no processo educativo. Este conselho é constituído por membros titulares e suplentes, sendo oito representantes dos profissionais da escola e oito representantes entre os responsáveis pelos alunos.

Não existe a representação direta do aluno por se tratar de uma instituição de Educação Infantil com crianças menores de seis anos de idade, não possui Grêmio Estudantil e Associação de pais e professores. Os serviços escolares por sua vez são avaliados no dia a dia, ouvindo a comunidade escolar e o gestor em conjunto com a especialista, avaliam semestralmente o desempenho de todos os profissionais.

A Secretaria é um órgão encarregado do serviço burocrático e nesta escola, compete-lhe zelar pela documentação escolar, sua legalidade, autenticidade, guarda e conservação de documentos. Além de organizar e manter em dia todo serviço de escrituração como arquivos, bancos de dados e correspondências, de modo a manter a organização do estabelecimento.

As Ajudantes de Serviços Gerais cuidam e conservam a rede física, de modo a evitar situações de risco para seus usuários, abrem e fecham o Centro de Educação Infantil, zelam pela aparência da escola e contribuem para o desenvolvimento dos hábitos de higiene dos alunos, além de elaborar os cardápios e preparar a merenda, com os nutrientes necessários.

O professor é o orientador pedagógico, que propõe atividades que partem do saber da criança e são desenvolvidas de forma organizada e significativa. O seu agir norteador fundamenta-se no fato de que a reflexão motiva a ação. Mantém em dia o controle de frequência das crianças, informa ao setor competente sobre a assiduidade e fica atento ao estado de saúde das crianças, planeja diariamente as atividades que são realizadas e avalia periodicamente o trabalho além de proporcionar às crianças atividades de lazer e brincadeiras condizentes com a idade e compatíveis com as orientações pedagógicas e outras.

A assistente de educação infantil (professora assistente) exerce na escola a função de cuidar e educar abrangendo todos os cuidados essenciais e contribuindo para o desenvolvimento integral da criança. E ao serviço de Supervisão Pedagógica, compete articular e coordenar o desenvolvimento do trabalho pedagógico do Centro de Educação Infantil, coordenar e integrar o trabalho dos professores, das crianças e de seus familiares e exercer atividades de apoio à docência em relação à escolha, utilização e aplicação dos procedimentos e recursos didáticos mais adequados, para melhor atingir os objetivos.

O diretor do Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, tem como função, planejar, organizar, coordenar e avaliar todo o trabalho escolar desenvolvido, administrar o patrimônio da escola que compreende as instalações físicas, equipamentos e materiais, zelar pela adequada utilização e conservação dos bens e móveis, racionalizar o uso dos bens e materiais de consumo, tomar providências necessárias quanto à aquisição, manutenção, conservação e reforma do prédio, dos equipamentos e do mobiliário, coordenar a administração de pessoal, promover a avaliação de desempenho dos profissionais e outras funções de igual relevância.

De acordo com Luck para a verdadeira participação no processo de gestão democrática é necessário:

" ... que os professores, coletivamente organizados, discutam e analisem a problemática pedagógica que vivenciam em interação com a organização escolar e que a partir dessa análise, determinem caminhos para superar as dificuldades que julgarem mais carentes de atenção e assumam compromisso com a promoção de transformação nas práticas escolares." (Luck, 2006, pág.34)

Corrobora-se então, que o requisito principal da Gestão Democrática é a participação ativa e efetiva de todos no processo de tomada de decisão na instituição escolar. É possível perceber que no interior desta escola acontecem movimentos de participação dos pais, alunos, professores e da comunidade. E somente a prática vivenciada no cotidiano da escola demonstra o conteúdo de uma gestão dessa natureza.

Assim, a escola promove estudos e debates para subsidiar a elaboração do presente projeto e de outras propostas, identifica as características da clientela, define a sua missão e sugere ações a serem desenvolvidas, as responsabilidades de cada segmento e a dinâmica a ser utilizada. Promove a integração dos diversos setores do Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, visando assegurar a efetivação da proposta. Enfim, decide, participa e discute com a comunidade escolar a possibilidade de implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP).

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Dentro da escola, as relações de trabalho são imprescindíveis para o bom funcionamento didático, pedagógico e pessoal. Neste sentido, estas relações devem ser estendidas aos alunos e comunidade. No Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, as relações entre todos os envolvidos no processo educacional, são baseadas na solidariedade, reciprocidade e na gestão compartilhada, buscando aperfeiçoar a qualidade educacional. A instituição trabalha as relações interpessoais com os conceitos de confiança, solidariedade e comprometimento.

A relação professor aluno é importante para o processo ensino aprendizagem. Ao professor/educador cabe utilizar estratégias em diversas situações para propiciar situações de conversas, brincadeiras, aprendizagens orientadas de forma que possam comunicar-se e expressar-se, criando um ambiente acolhedor, de confiança e auto-estima. De acordo com Jussara Paschoalino (2009), "os sentidos e significados de ser professor como construção contínua, que deixa marcas profundas entre o idealismo da profissão e a realidade posta como desafio".

O trabalho direto com Crianças pequenas exige que o professor da referida instituição tenha um perfil profissional de polivalência e sensibilidade, isto é, que tenha conhecimentos específicos de várias áreas e natureza. E ser polivalente implica em ser também um aprendiz, que reflete constantemente sua prática através dos instrumentos de observação, registro, planejamento e a avaliação. Para que possa construir projetos educativos de qualidade, é preciso ter professores comprometidos e capazes de responder às demandas das crianças e de seus familiares e às questões relativas aos cuidados e aprendizagens infantis.

No trabalho realizado no Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, alunos, funcionários e pais exercem papéis distintos com direitos e deveres. Todos envolvidos no processo ensino aprendizagem, na convivência diária, onde cada cidadão é visto como sujeito único, em busca do respeito mútuo.

A contratação dos profissionais ocorre através de concurso público de provas e títulos e também há uma formação continuada para os profissionais da instituição que se dá através de legislação municipal. Esta formação continuada acontece durante o ano letivo. Ou seja, a instituição realiza grupos de estudo semanalmente com os professores e mensalmente com as assistentes de educação infantil. Além da participação em eventos, cursos e outros oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Não se pode formar o educador com partes desconexas de conteúdos, principalmente quando essas partes representam tendências opostas em educação: uma tendência generalista e uma outra tecnicista. Essas tendências (...) a primeira quase que exclusivamente na parte comum, considera que ela se caracteriza, "a grosso modo", pela desconsideração da educação concreta como objeto principal e pela centralização inadequada nos fundamentos em si (isto é, na psicologia e não na educação; na filosofia e não na educação, e assim por diante). A segunda, por sua vez, é identificada com as habilitações, consideradas como especializações fragmentadas, (...) sendo seu significado de simples divisão de tarefas do todo que é a ação educativa escolar. (SILVA, 1999, P. 70)

Silva aponta a necessidade de haver formação qualificada, afinal, o professor deve ser visto como um profissional que renova sempre a sua prática e que faz um trabalho de reflexão sobre ela. E essa formação qualificada torna-se condição, não única, mas necessária, para a constituição de um profissional capaz de atuar de maneira competente em diversas situações desafiadoras da profissão e de modo particular, no trabalho com a comunidade em que está inserida.

Vale ressaltar que os pais ou responsáveis pelos alunos mantêm contato com os educadores do Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, por intermédio de conversas formais e informais, caderno de bilhetes, hora social, eventos escolares, reuniões periódicas e participação nos conselhos escolares. Mas sabe-se que no cotidiano de uma instituição escolar, acontecem diversas situações de conflitos devido à diversidade de opiniões e de histórias.

Neste contexto, são desenvolvidas práticas de reflexão, conscientização e diálogo a partir de situações do dia a dia como conselhos de classe, cursos de capacitação, palestras, grupos de estudos, confraternizações e outros eventos voltados sempre para o objetivo da boa conduta, do conhecimento e do bom relacionamento entre os diversos segmentos da escola.

7. AVALIAÇÃO

Avaliar é analisar a qualidade do trabalho ao final ou durante o seu desenvolvimento, com o objetivo de determinar se as ações foram as mais apropriadas de maneira a atingir o fim proposto e a fim de estabelecer as alterações necessárias na execução para que seja alcançado o resultado desejado.

Mas a avaliação da escola deve ser uma avaliação diferenciada, feita a partir do planejamento participativo, pois cada pessoa que faz a escola participa ativamente do processo educativo, realizado e inevitavelmente, é avaliado. Ela deve partir da realidade da escola, deve procurar compreender e explicar as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforçar para propor alternativas.

No contexto do Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires são avaliados os profissionais, a comunidade, os alunos e a instituição. A avaliação institucional acontece através de questionários que a instituição encaminha aos funcionários e aos responsáveis pelos alunos para análises posteriores em gráficos e tabelas.

Após análise, as mudanças necessárias são motivos de debate. O Colegiado participa ativamente dessas avaliações e no dia a dia sugerem ações e juntamente com os demais segmentos, propõem alternativas.

A avaliação deve ser entendida como a comprovação da validade do projeto educativo e das estratégias didáticas empreendidas para a consecução dos objetivos propostos. Portanto, o professor deve entendê-la como instrumento de investigação didática que, a partir da identificação, da coleta e do tratamento de dados, permite-lhe comprovar as hipóteses de ação com a finalidade de confirmá-las e introduzir nelas as modificações pertinentes. A avaliação deve proporcionar retroalimentação a todo o processo didático. (HOFFMANN, 1995).

Para a autora, a avaliação da aprendizagem dos alunos é vista como um processo de construção do conhecimento como forma de identificar aquilo que o aluno já domina e propiciar momentos de aprendizagens novas, através da observação e registros feitos em diários próprios, objetivando a avaliação da criança e a eficácia do planejamento pedagógico, com o acompanhamento da especialista.

A avaliação na Educação Infantil é realizada através de estratégias que permitem o acompanhamento e o registro de etapas alcançadas nos cuidados e na educação das crianças, sem o objetivo de promoção para o Ensino Fundamental. É entendida como instrumento de diagnóstico e tomada de decisões, através do qual os educadores verificam a qualidade do seu trabalho e das relações com as famílias das crianças.

Avaliar educação infantil implica em detectar mudanças em competências das crianças, que possam ser atribuídas tanto ao trabalho realizado na creche e pré-escola quanto à articulação dessas instituições com o cotidiano familiar exige o redimensionamento do contexto educacional, repensar o preparo dos profissionais, suas condições de trabalho, os recursos disponíveis, as diretrizes definidas, os indicadores usados, para promovê-lo ainda mais como ferramenta para o desenvolvimento infantil. (HOFFMANN, 1995).

Os aspectos analisados para avaliar a aprendizagem dos alunos são referentes aos sete eixos da Educação Infantil, considerados na grade curricular do Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, onde a cada período de dois ou três meses são registrados os avanços e/ou as dificuldades dos alunos.

A avaliação, busca compreender criticamente a realidade desta escola ~~escola~~, a causa da existência de problemas e propõe alternativas, compromisso com os resultados da própria organização do trabalho pedagógico. É um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da referida instituição, que imprime uma direção às ações dos seus educadores e alunos, resultante portanto, de um processo democrático e participativo.

Neste sentido, torna-se indispensável, a avaliação institucional, uma vez que avalia a escola como um todo, onde todos os que dela participam são sujeitos avaliadores e avaliados. Assim, a abrangência é bem maior do que a avaliação da aprendizagem, porque busca identificar o funcionamento da instituição, ou seja, analisar o desempenho dos professores e como são desenvolvidas as atividades de ensino aprendizagem levam os alunos a se tornarem cidadãos íntegros e participativos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Projeto Político Pedagógico (PPP) representa o norte das ações no Centro de Educação Infantil Maria Hilda de Carvalho Pires, junto com o Colegiado e toda comunidade escolar e deve ser avaliado anualmente, levando em conta a sua filosofia. Tem como desafio formar o ser humano em todas as suas dimensões considerando os pressupostos de uma escola democrática e inclusiva.

A participação da comunidade escolar é um fator importante para o crescimento e desenvolvimento dessa instituição e do trabalho realizado, apesar das dificuldades enfrentadas. Este documento deve ser implementado e, nesse processo, deve contar com a participação e o compromisso de cada segmento, mas de modo especial dos pais, professores e equipe de coordenação. Esta deve assumir realmente o compromisso de colocar em prática as propostas apresentadas no mesmo.

Este documento deve ser disponibilizado e analisado junto à comunidade para que todos tenham o conhecimento, possam auxiliar as ações na prática e, quando necessário, reelaborá-lo. É preciso observar se as ações propostas neste projeto estão se mostrando adequadas e se concretizando.

A avaliação destas ações permite ressaltar os aspectos positivos que devem ser mantidos e redefinidos, reorientar e replanejar o percurso, quando as diretrizes traçadas não estão sendo eficientes, exigindo correções e o papel do gestor, é impulsionar ações para corrigir e aperfeiçoar todo processo. Ou seja, a valiam-se os resultados alcançados, em função dos objetivos previstos e os dados levantados, poderão subsidiar a elaboração de um novo projeto para o ano seguinte ou quando se fizerem necessários.

O Projeto Político Pedagógico está inserido num cenário marcado pela diversidade, portanto, não é só responsabilidade do gestor. Ele representa um trabalho coletivo, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade que assume a responsabilidade e o compromisso com a educação.

Pode-se afirmar então, que este documento representa a reflexão, a tomada de consciência e a criticidade, mas a participação ativa e efetiva da comunidade escolar é o eixo para a sua construção, reelaboração, implementação e, conseqüentemente, para a construção de uma escola pública de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Uns de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: <https://moodle3.mec.gov.br/ufmg/> . Acesso em 08/03/2013.

BRASIL, LDBEN - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 08/03/2013.

_____. **Referencial Curricular Para a Educação Infantil**. Vol. 1. Brasília: MEC/SEI, 1998.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Brasil)(FNDE) **Programa Dinheiro Direto na Escola** / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; elaboração: Adalberto Domingos da Paz; colaboração: Antônio de Faria Dutra Filho e atualizado pela equipe do PDDE. Brasília: FNDE, 2005. Disponível em: http://www.seduc.camacari.ba.gov.br/anexos/Informativo_PDDE_2008.pdf Acesso em: 08/05/2013

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação & Sociedade**, vol. 28, n.o 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. Disponível em <http://conhecimentovaleouro.blogspot.com.br/2012/04/gestao-de-pessoas-idalberto-chiavenato.html>. Acesso em: 30/01/2013.

GADOTTI, Moacir. Educação e Poder: **Introdução à Pedagogia do Conflito**. Disponível em: <http://www.planetanews.com/produto/L/111316/educacao-e-poder--introducao-a-pedagogia-do-conflito-moacir-gadotti.html> Acesso em : 15/04/2013.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 1995.

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica** - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60p.

LIBÂNEO. J.C. (org.). **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. SP. Loyola, 2001.

LIKERT, Rensis. **Apresentação dos estilos de liderança de Lidert "Quatro Estilos de Liderança de Likert"**. Disponível em <http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/estilosliderancalikert.htm>. Acesso em 10/03/2013.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. Série: cadernos de gestão. 132p. VII

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. 2010. Disponível em: <https://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acesso em 15/03/2013.

_____. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços** - 2010. Disponível em: <https://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acesso em 17/03/2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em: <https://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acesso em 08/03/2013.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **O professor desencantado; matizes do trabalho docente**. Belo Horizonte, Armazém de ideias, 2009.

SILVA, Carmen Sílvia Bissoli da. **Curso de pedagogia no Brasil: História e identidade**. Dissertação de mestrado. Marília: Unesp, 1999.

VIÑAO, Antônio. **Espaços, usos e funções; a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada**. In: BENCOSTTA, Maucus levy (org.). História da educação, arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005.

ANEXOS

Anexo 1: Grade curricular

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "MARIA HILDA DE CARVALHO PIRES"
Educação Infantil (0 a 5 anos)
Aut. Func. Port. N° 52/05 - MG 30.05.03
Rua São Paulo, 901 - Bairro Bela Vista
Fone: (37) 3322-5511 - FORMIGA - MG - CEP: 35570-000

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA HILDA DE CARVALHO PIRES

PLANO CURRICULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL – 2013

Âmbito de Experiência	Eixos de Trabalho	Creche 0 a 3 anos		Pré-Escola – 4 a 5 anos			
		BI / BII / MII / MIII		1º Período		2º Período	
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
Formação Pessoal	Identidade e Autonomia	12	400:00	12	400:00	12	400:00
	Linguagem oral e escrita	12	400:00	12	400:00	12	400:00
Conhecimento do Mundo	Natureza e Sociedade	05	166:40	05	166:40	05	166:40
	Matemática	05	166:40	05	166:40	05	166:40
	Movimento	08	266:40	08	266:40	08	266:40
	Música	06	200:00	06	200:00	06	200:00
	Artes Visuais	06	200:00	06	200:00	06	200:00
	Subtotal	-	-	-	-	-	-
Recreio		-	-	-	-	-	-
TOTAL		54	1800:00	54	1800:00	54	1800:00

INDICADORES FIXOS

	Creche 0 a 3 anos	Pré-Escola – 4 a 5 anos
	BI – BII – MII – MIII	anos
		1º e 2º Período
Dias Letivos	200	200
Semanas Letivas	40	40
Dias Semanais	05	05
Duração do Módulo Aula	0:50	0:50
Duração do Recreio	-	-
Duração do Turno	9:00	9:00
C.H.A	1800:00	1800:00

ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PLANO

CURRICULAR :

- Educação Ambiental, História do Município de Formiga e Educação Turística: estudo e atividades desenvolvidas nos eixos, de acordo com orientação da SEMEE, conforme legislação vigente.


Amanda Cristina Parreira – diretora
Nomeação: 306 / 2013

Fga, 03/05/2013

Amanda Cristina Parreira
C.E.I. Maria Hilda de Carvalho Pires

Anexo 2: Calendário escolar

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CALENDÁRIO ESCOLAR – 2013 - ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

JANEIRO							FEBREIRO 16							MARÇO 19							ABRIL 22						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			01	02	03	04						01	02							01	02					01	02
05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31								
19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31															
26	27	28	29	30	31																						

MAIO 20							JUNHO 20							JULHO 15							AGOSTO 17						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			01	02	03	04						01								01	02	03	04	05	06	07	08
05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31								
19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31															
26	27	28	29	30	31																						

SETEMBRO 21							OUTUBRO 18							NOVEMBRO 20							DEZEMBRO 12						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28
08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31				
15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31											
22	23	24	25	26	27	28	29	30	31																		
29	30																										

Legenda	
01	Início e término do ano letivo
02	Início e término do ano escolar
03	Recessos
04	Sábado letivo
05	Férias escolares
06	Feriados
07	Feriado 6 de Junho – Letivo
08	Dia escolar
09	Reunião de Colegiado

200 dias letivos – 6 dias escolares


Amilton Luiz Vale
Secretário Municipal de Educação

Inspetor Escolar

Formiga, 01 de fevereiro de 2013.

SRE - Passos

Aparecida de Sá Silva
ANE - Inspectora Escolar
MASP 101 97 88-7

Quarta	3	4	4	4	3	3	4	4	4	4	2
Quinta	4	3	4	4	4	3	3	4	4	4	2
Sexta	3	4	4	4	3	3	3	4	3	4	2
Sábado	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Total	16	19	22	20	20	15	17	21	18	20	12

10.06.2013 – Segunda-feira – horário de quarta-feira
26.03.2013 – Terça-feira – horário de quinta-feira
17.12.2013 – Terça-feira – horário de sexta-feira
15.06.2013 – Sábado – horário de sexta-feira
29.06.2013 – Sábado – horário de sexta-feira